

Poder, violência e esfera pública: uma análise arendtiana

Power, violence and public sphere: an arendtian analysis

Adelino Ferreira¹ – Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O presente artigo visa a revisitar alguns dos principais conceitos envolvidos no fenômeno do poder, segundo Hannah Arendt. Visando se distanciar da visão moderna que via no poder a capacidade de sobrepujar a própria vontade à do outro, a autora pretendeu resgatar, em seus escritos, a característica plural do conceito de poder. Arendt revisita os ideais gregos de ação conjunta na esfera pública como forma de compreender o poder como distinto de outros fenômenos como autoridade e força e como oposto à violência. Ao afirmar que com o totalitarismo houve uma ruptura flagrante do poder, Arendt busca no resgate da esfera pública, em especial a partir de conselhos de governança, a construção de um espaço político plural.

Palavras-chave: Esfera Pública, Pluralidade, Poder, Violência.

Abstract: This article aims to revisit some of the key concepts involved in the phenomenon of power, according to Hannah Arendt. Aiming to distance themselves from the modern view that it was in power the ability to overcome their will to another, the author sought to rescue, in his writings, the plural feature of the concept of power. Arendt revisits the ideals joint action by Greeks in the public sphere as a way to understand the power as distinct from other phenomena such authority and strength and as opposed to violence. By stating that with totalitarianism was a flagrant breach of power, Arendt seeks to rescue the public sphere, especially from governance councils, constructing a plural political space.

Keywords: Plurality, Power, Public Sphere, Violence.

Introdução

O século XX foi um período de profunda efervescência política e social, em especial pela ocorrência de dois grandes conflitos de escala mundial. Os implementos tecnológicos criados pela ciência moderna serviram de instrumento para o massacre de milhões de seres humanos em guerras de proporções nunca antes imagináveis. O uso da bomba atômica, que de uma só vez foi capaz de dizimar cidades inteiras e varrer do mapa

¹ Mestre e Doutorando em Filosofia na UFMG. Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano. Contato: adefer86@yahoo.com.br

milhares de pessoas, e os campos de concentração e trabalhos forçados são paradigmas do século considerado por muitos, entre eles Lênin, como o século da violência.

Foi a partir dessa intromissão drástica da violência no âmbito da política que diversos pensadores dedicaram suas obras a tentar compreender como os homens chegaram a produzir tais experiências. A máquina de morte produzida, em especial, pelo nazismo e o stalinismo foi o ponto crucial que levou a judia Hannah Arendt a pensar a política e a sociedade como um todo. O Totalitarismo, como ela denominou tal fenômeno, é, sem dúvida, a pedra de toque da obra de uma mulher que foi obrigada a deixar sua terra e buscar refúgio em um lugar que lhe garantisse a oportunidade de viver e pensar o mundo.

O que se vê em Arendt é um olhar para a história no intuito de compreender os fatores que culminaram no governo total, bem como de construir uma obra que levasse os homens a pensar a política. Falar de poder em termos arendtianos é mostrar a preocupação da autora em definir tal fenômeno a partir da ação conjunta que exclui a violência e promove a participação ativa dos cidadãos. O resgate da esfera pública, a valorização da ação e o totalitarismo como ruptura do poder são assuntos abordados na tentativa de formar um cenário que permita a compreensão do que a autora quis afirmar com sua obra.

Hannah Arendt vem se tornando uma autora clássica dada a relevância de seu pensamento para a compreensão do século XX. Sua obra é cada vez mais estudada e traduzida e sua insistência em bem depurar os conceitos da teoria política fez dela uma das mais importantes teóricas de seu tempo. O que aqui se pretende é, além de uma análise de fenômeno do poder em sua relação com a violência e a esfera pública, um revisitar de diversos outros conceitos e fenômenos que se relacionam na obra de Hannah Arendt. Em contraposição à tradição moderna, ela propõe uma retomada dos paradigmas gregos e de sua política pública encontrando aí algumas luzes para os corpos políticos atuais.

1. O fenômeno do poder e sua importância na esfera pública

Em seu ensaio *Sobre a Violência*, Hannah Arendt tem duas grandes preocupações: definir o conceito de poder em uma perspectiva diversa da tradição moderna do pensamento e distinguir conceitos-chave para a teoria política, como: violência, força, vigor, autoridade. É nítida na obra arendtiana como um todo a busca por uma depuração

conceitual no intuito de clarear os aspectos principais da discussão apresentada. Para Arendt, utilizar termos como poder e violência sem a clareza necessária não apenas impede um conhecimento real destes fenômenos, como justifica a confusão entre eles na esfera dos assuntos humanos.

Arendt se esmera, então, na tentativa de mostrar que poder e violência são fenômenos não só distintos, mas opostos. Isto porque uma longa tradição do pensamento vinha igualando poder e violência, fazendo supor que a razão última dos governos era a utilização dos implementos da violência. Diversas figuras ligadas tanto à direita quanto à esquerda tiveram a tentação de aliar o poder à violência e glorificar a última. A autora cita a emblemática frase de Mao Tse Tung: “O poder nasce do cano do fuzil” para demonstrar como se mostravam confusos os conceitos políticos. Para ela, o que emerge do império das armas não é o poder, pois: “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDR, 2009, p. 70).

Arendt quer demonstrar que a violência é um fenômeno instrumental, ou seja, está sempre a serviço de algo e não tem um fim em si mesmo. Quando um país declara guerra a outro, o faz em vista de uma finalidade específica (seja a conquista de territórios, a busca de vingança ou mesmo a promoção do comércio armamentista). A violência se destaca por seu caráter instrumental: necessita de armas para se estabelecer. Isto porque: “a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (ARENDR, 2009, p. 58). Os governos que se assentam na violência são aqueles que possuem pouco apoio popular e por isso precisam das armas para se manter no comando. As tiranias são consideradas por Arendt, assim como por Montesquieu, exemplos do império da violência, uma vez que o governo é imposto à revelia da população.

O que já se vê aqui é o prenúncio da máxima arendtiana: “Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (2009, p.80). A separação entre poder e violência é, com certeza, a principal distinção levada a cabo pela autora, mas não a única. Para formular seu conceito de poder ela viu serem necessárias ainda outras distinções.

Antes de prosseguir na apresentação das distinções que levarão ao conceito de poder, cabe aqui ressaltar a herança fenomenológica de Hannah Arendt. Aluna e discípula de Karl Jaspers, que orientou sua tese de doutorado, ela recebeu de seu mestre a

preocupação de voltar os olhos ao fenômeno e analisá-lo da forma mais fidedigna possível. Assim, ela não formula um conceito de poder baseado em pura especulação, nem se preocupa em definir essências. Ela constrói seu conceito na análise dos fenômenos políticos, voltando seu olhar às peculiaridades de cada instância para aí formular as distinções conceituais necessárias para bem compreender a realidade tal como ela se apresenta.

Arendt então analisa aos conceitos de vigor, força e autoridade para mostrar como estes também se distanciam daquilo que ela pretende assinalar como o verdadeiro poder. Vigor, no pensamento arendtiano, é a qualidade do indivíduo, indica algo particular e singular. É a capacidade que o indivíduo tem para tentar sobrepujar sua vontade à dos outros, mediante o uso da violência (ARENDR, 2009, p. 61). Já se vê aí uma importante distinção ao se tratar do poder. Vigor é aquilo que prevalece no embate entre dois iguais, no confronto das singularidades. Desta forma, é certo que, no confronto entre dois homens, o mais vigoroso levará vantagem, pois utilizará da violência para impor sua vontade contra a de seu adversário.

Quanto à força, Arendt afirma que esta não deve ser utilizada como sinônimo de violência, mas deve “indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais”. O termo força deveria, pois, ser reservado às “forças da natureza” ou “das circunstâncias” (2009, p. 61). Ela se preocupa ainda em mostrar sua oposição àqueles pensamentos que julgam ser a violência a simples descarga de instintos de agressividade. Essa diferenciação entre força e violência é necessária uma vez que a autora ressalta o caráter político – por conseguinte, não natural – dos conceitos de poder e violência. A violência e o poder, como se verá, surgem na relação entre os homens, se distanciando da simples natureza:

Nem a violência, nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo (ARENDR, 2009, p. 103).

Resta ainda outro conceito-chave que necessita ser clareado antes que se possa definir o lugar do poder no pensamento arendtiano: trata-se da autoridade. Esta é fruto do “reconhecimento incontestável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (ARENDR, 2009, p. 62). O que está em jogo aqui é a

submissão voluntária, que não necessita de nenhum meio de violência para se sobrepor. Arendt em seu ensaio *O que é autoridade* evidencia o fato de a autoridade ter sido introduzida na esfera política por Platão, é utilizada como sustentáculo político pelos romanos. Ela novamente chama a atenção para que não se confunda autoridade com poder ou violência:

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica (ARENDDT, 2007, p. 129).

O que se vê neste excerto do ensaio é o caráter hierárquico da autoridade. É próprio da autoridade a diferença entre o que manda e o que obedece. Esta diferença deve ser aceita por ambos de forma tácita e inquestionável. Introduzir a autoridade na esfera pública é deixar de lado a igualdade entre os homens como agentes capazes de resolver seus conflitos mediante uma ação comunicativa. Arendt demonstra que quando Platão introduz a figura do rei-filósofo como aquele que tem o conhecimento da realidade em si e por isto deve governar a *polis*, ele introduz o paradigma da autoridade para a política na cidade. Os cidadãos não são, a partir daí, todos iguais e igualmente responsáveis pela *polis*, mas se inicia aí o governo dos peritos, de alguns poucos que sabem mais e por isto devem governar aqueles que ignoram a verdade. Este paradigma se tornou dominante no Império Romano que governava baseado na autoridade, religião e tradição.

Ao longo dos séculos, contudo, os pilares do Império foram desabando, um por um, sendo a autoridade o último a desabar. Arendt não à toa começa seu ensaio em que trata do assunto² afirmando que, na verdade, deveria intitulá-lo de “o que foi a autoridade” uma vez que percebe na modernidade a perda deste fenômeno baseado na hierarquia e submissão inquestionável.

E é por diagnosticar que a realidade política de seu tempo já não é marcada pela autoridade que Arendt busca olhar novamente para a Grécia antiga. E o faz na busca do

² Trata-se do artigo *Que é autoridade*, publicado na obra *Entre o Passado e o Futuro*. Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 6. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

paradigma da igualdade entre os cidadãos, da persuasão entre os iguais. Arendt retorna à *polis* grega, mais especificamente à praça pública. É a partir deste modelo que ela formulará seu conceito de poder entendido como o agir conjunto fruto da ação comunicativa entre os cidadãos co-dirigentes da cidade.

Co-dirigir a *polis* significa construir um modelo político distinto da dicotomia mando-obeidiência. Não era concebível ao grego a diferença entre os homens na praça pública. O espaço público grego era o lugar onde os homens discutiam os rumos da *polis* como iguais. A casa (*oikia*) era o lugar da diferença, da autoridade, do mando. Se na casa, entre os escravos, mulheres e filhos, a relação era de um senhor em relação à sua propriedade, na praça havia o diálogo, a busca dos acordos. Não se busca a submissão dos homens em relação aos homens, mas o consentimento comum às leis. E, sendo estas leis frutos do consenso entre os próprios cidadãos, não existia uma imposição, mas um acordo e não se obedecia a ninguém senão a si mesmo. Arendt compara as leis às regras de um jogo a que os jogadores dão seu consentimento para que este possa começar. Tais regras não são eternas ou absolutas, mas mudam de acordo com a necessidade dos jogadores (ARENDR, 2009, p. 122). É esse paradigma que Arendt pretende resgatar em contraposição aos conceitos modernos de governo baseados na violência.

Quando formula seu conceito de poder em *Sobre a Violência*, Arendt faz questão de se distanciar da tradição moderna de pensamento que identificava poder e comando. Ela sublinha que o termo poder passou a significar a imposição da própria vontade à vontade alheia. Arendt aqui tem em mente a noção webberiana de Estado como monopólio da violência legítima. Poder então significaria poder “sobre” os outros, imposição da vontade, o que, para Arendt nada mais é do que violência.

O poder verdadeiro é um conceito relacional, que não surge da imposição, mas da ação conjunta:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se originara o poder desde o começo desaparece, “seu poder” também se esvanece (ARENDR, 2009, p. 61).

Vê-se aí claramente que a autora quer ressaltar o caráter plural do conceito de poder. O indivíduo pode ser vigoroso, usar seus dotes físicos ou podendo ser medido com certa segurança. Já o poder é fruto de um frágil acordo entre os homens e pode logo ser perdido assim que os homens deixam de dar seu consentimento àquele contrato.

Arendt ressalta esta fragilidade do poder recordando a própria origem do termo:

A própria palavra, como o seu equivalente grego, *dynamis*, e o latino, *potencia*, com suas várias derivações modernas, ou o alemão *Macht* (que vem de *mögen* e *möglich*, e não de *machen*), indica seu caráter de “potencialidade”. O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial poder (2010, p. 250).

A característica potencial do poder ressalta que este não pode ser propriedade individual nem pode ser estocado, guardado para um uso futuro. Aquele que está “no poder” está ali representando um grupo que o autoriza a governar, esta não é uma qualidade pessoal, mas sim delegada; se a vontade comum do grupo mudar, o poder muda de mãos sem que o detentor do comando possa resistir por muito tempo.

Quando o poder se esvai, é comum aos governantes tentarem se manter no governo por meio da violência, mas, mesmo assim, isso só é possível se um mínimo de apoio for mantido. Arendt lembra que na Guerra do Vietnã – claro exemplo de embate entre violência e poder popular – as próprias armas americanas mudaram de mãos, levando os fracos, mas poderosos vietcongs, a derrotar os treinados e armados soldados americanos. Tal fato demonstra que o vigor de uns pode ser destruído pelo poder de muitos.

Arendt vincula o conceito de poder à ação, como ressalta Odílio Aguiar:

Ela colocou em circulação a retomada da categoria da ação para se pensar o poder. O entrelaçamento entre poder, ação, condição humana e espaço público permite a focalização da visada arendtiana que privilegia a dimensão constituinte como mais importante do que a dimensão constituída na sua reflexão sobre o poder (2010, p. 36).

Relacionar ação a poder é reafirmar o caráter dinâmico do poder, a sua fragilidade e fugacidade. Quando Odílio afirma que Arendt se ocupa mais do poder “constituente”, do que do “constituído”, ele lembra que a autora não está preocupada com os processos administrativos da estrutura de poder. Não há uma preocupação especial com a forma de governo a ser adotada, com a eleição de uma maneira correta de se administrar e nem mesmo com uma minuciosa especificação das atribuições dos governantes para que haja

um governo ideal. Muitos de seus críticos colocarão isso como um ponto fraco de sua teoria política, mas fazendo eco ao pensamento de Ódílio Aguiar, pode-se dizer que Arendt não detalhou certas estruturas de poder, pois não era este seu intento, mas sim resgatar a ação que está no início e torna possível toda e qualquer forma de governo instituído.

Hannah Arendt se destaca por sua preocupação em fugir à dicotomia pensamento *versus* ação, *vita contemplativa versus vita activa* para aí pensar o poder através da ação. Para Thereza Calvet de Magalhães, “‘pensar o que estamos fazendo’ é o tema central da obra *The Human Condition*” (2006, p. 35). E é nesta obra que Arendt identificará ação como capacidade de iniciar e que se confunde com a própria liberdade do homem que é capaz do novo, do inesperado.

Adriano Correia, na apresentação à Nova Edição Brasileira de *A Condição Humana*, ressalta na ação o seu caráter de pluralidade:

A ação é atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato que a Terra e o mundo são habitados não pelo Homem, mas por homens e mulheres portadores de uma singularidade única – iguais enquanto humanos, mas radicalmente distintos e irrepetíveis, de modo que a pluralidade humana, mais que a infinita diversidade de todos os entes é a “paradoxal pluralidade de seres vivos” (2010, p. XXXI).

E é exatamente por corresponder à pluralidade que a ação está na base da concepção de poder em Hannah Arendt. A ação só é possível entre os homens, em uma relação mútua. “A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas enquanto homens” (ARENDR, 2010, p. 220). Ou seja, é a ação e o discurso que revelam o agente, na medida em que ele se diferencia dos outros por suas vontades e inquietudes. A pluralidade se torna clara uma vez que mesmo iguais na condição humana, os homens têm aspirações e pensamentos diferentes e querem realizar feitos diversos em um mesmo momento da história.

Dá já se percebe que o poder é aquele fenômeno que surge exatamente quando homens diferentes entram em acordo sobre determinados assuntos. O poder entendido por Arendt é exatamente aquele que surge entre os homens no exercício de sua pluralidade e por isto não pode ser privilégio de um único indivíduo. Se os homens estão no mundo pensando e vivendo de forma diferente, o fenômeno que surge quando eles se unem em

prol de uma vontade comum é o que ela chama de poder; isso só pode se dar de forma espontânea, sem coerção de qualquer espécie.

Para que possa haver a ação conjunta que gera o poder, é preciso que os homens se relacionem, pois: “o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens” (ARENDT, 2010, p. 251). O lugar no qual os homens se reúnem é chamado por Arendt de espaço da aparência³, ou seja, o espaço público onde os homens podem aparecer uns aos outros e colocar suas ideias na busca por aceitação e apoio e também por críticas e contrapropostas. A importância da existência de um espaço público não está necessariamente na formulação de acordos. Pode-se dizer que a autora está mais preocupada com o espaço para o debate de ideias do que com a formulação de um consenso. O espaço público da palavra e da ação é de suma importância, pois impede a imposição e proporciona a geração de um poder legítimo. O poder, então, nasce do espaço público, mas também o mantém, uma vez que é através do poder constituído que há a possibilidade da manutenção de tal espaço.

É nesta equação entre ação, pluralidade e espaço público que se pode entender o surgimento do poder em Arendt. Bem distante de uma concepção autoritária do termo, a autora se destaca por resgatar a importância do acordo, da frágil conjunção de pensamentos que surge quando os homens são colocados juntos em um espaço que lhes permita expor suas ideias e a si mesmos como indivíduos livres para opinar, sugerir, criticar e aderir a pensamentos e atitudes.

2. Totalitarismo: ruptura flagrante e radical do poder

Cabe aqui, em uma pequena digressão, lançar um breve olhar teórico ao evento totalitário, já que nele, segundo Hannah Arendt, ocorre a mais flagrante dissolução do poder já vista em qualquer momento da história. Arendt afirma em *Sobre a Violência* que a tirania é a menos poderosa das formas de governo (2009, p. 58). Contudo, o totalitarismo se configurou como um passo a mais do governo tirânico, um governo mais radical que,

³ Hannah Arendt discute a importância do espaço da aparência em sua obra *A Condição Humana*. No capítulo dedicado à ação, ela assim define tal espaço: “o espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público e as várias formas possíveis de organização do domínio público” (2010, p. 249).

por pretender ser total, quer controlar a vida humana em todas as suas esferas (política, social e particular).

O totalitarismo⁴, segundo o pensamento arendtiano, foi um fenômeno ocorrido na Alemanha nazista e na Rússia stalinista. Pode-se dizer que o totalitarismo se configura em uma nova forma de governo baseada na ideologia, no terror e na propaganda governamental. O totalitarismo não se confunde com nenhum tipo de tirania ou ditadura unipartidária, como lembra Nadia Souki:

Tudo o que sabemos do totalitarismo prova de uma originalidade no horror, sem que nenhum paralelo histórico aproximativo nos permita atenuar. Não se pode escapar ao impacto do totalitarismo recusando-se a fixar a atenção sobre sua verdadeira natureza e se abandonando às semelhanças e aproximações que certos aspectos da doutrina totalitária oferecem com as teorias familiares do pensamento ocidental. (2006, p. 44).

Um dos elementos que tiveram relevante papel na cristalização do evento totalitário foi a burocratização dos corpos políticos, em especial durante a corrida imperialista na África. Tal elemento é importante, pois a burocracia está na base da quebra das pontes entre os homens, fato que inviabiliza a formação do poder. Arendt assim define a burocracia: “a burocracia é sempre um governo de peritos, de uma ‘minoridade experiente’, que tem de resistir da melhor forma possível à constante pressão da ‘maioria inexperiente’” (2006, p. 244-245).

Percebe-se, assim, que, ao promover uma administração por peritos, o imperialismo já prenunciava um afastamento das reais fontes de poder. Pensar em um governo de poucos é construir um corpo político que pode ser forte, mas não poderoso. Isto se agravou durante a ascensão do movimento totalitário em que a burocracia partidária alcançou níveis alarmantes de forma que o governo se tornou totalmente alheio às bases populares, funcionando como um instrumento de implementação de leis históricas ou naturais. Nesta ótica, para que tais leis possam ser instauradas até mesmo os homens podem ser destruídos.

No avanço da burocracia, o poder recuou, pois era interesse dos movimentos totalitários desqualificar os partidos políticos e as associações baseadas nos interesses

⁴ Hannah Arendt faz uma das mais respeitadas leituras do totalitarismo ocorrido no século XX em sua obra *Origens do Totalitarismo*. Cf.: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 6. reimpressão. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

comuns. Na crise dos partidos europeus, que já não gozavam de representatividade e prestígio perante o povo, os movimentos ascenderam ao comando como representantes das massas. O processo de massificação ocorrido no início do século XX tem total relação com a ascensão dos movimentos totalitários ao poder, segundo Arendt. Ela percebe que as massas não constroem o poder, pois embora haja ali um grande contingente populacional, falta interesses comuns que levem a um agir conjunto. Em *Origens do Totalitarismo*, quando a autora define o termo massa, isto fica bem claro:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores (ARENDR, 2006, p. 361).

A massificação e a atomização social⁵ são precedentes necessários da instauração do governo totalitário. Frutos da crescente burocratização da esfera pública, estes fenômenos vão aos poucos colocando os homens em isolamento, destruindo as reais fontes de poder. No lugar dos partidos políticos, os movimentos de massa tomam conta da esfera pública e quando ali se instauram nos postos de comando podem levar a cabo um projeto de governo que esteja totalmente alheio à construção de um corpo político baseado no interesse comum.

Percebe-se que o totalitarismo, em um primeiro momento, procura destruir toda possibilidade de associação, de convívio. A isto Arendt chama isolamento e acrescenta que “homens isolados são impotentes por definição” (2006, p. 526). Isolar os homens uns dos outros é considerado um fenômeno pré-totalitário e típico das tiranias, pois, ao verem o espaço público destruído, os homens se veem incapazes da ação.

Por fim, o totalitarismo avança introduzindo a experiência da solidão⁶, que é a quebra radical dos vínculos humanos, uma experiência que, segundo Arendt, ainda não

⁵ Atomização social é o fenômeno de quebra das estruturas de organização política e social ocorrido com o declínio do Estado-nação europeu. Com o colapso do sistema de classes, os cidadãos formam gradativamente se isolando uns dos outros por não acreditarem mais em projetos comuns para o bem-estar social.

⁶ Arendt explicita desta forma o conceito de solidão em seu famoso ensaio *Ideologia e Terror: Uma Nova Forma de Governo* que foi incorporado à obra *Origens do Totalitarismo*: “Enquanto o isolamento se refere

havia sido experienciada na esfera dos governos. Experiência essa que surge mesmo depois de toda oposição ser destruída. O fenômeno da solidão foi introduzido nos governos totalitários como experiência de massa, sendo seu ápice os campos de concentração: fábricas de cadáveres onde se tentou extirpar toda a capacidade humana para o novo, para a espontaneidade.

O totalitarismo rompe com a estrutura tirânica e ditatorial introduzindo uma nova forma de conduzir o governo. Arendt afirma que, mais do que se mostrar um governo sem precedentes, o totalitarismo faz repensar a próprio conceito de governo (2006, p. 513). Isto se dá, pois o totalitarismo, mesmo após toda a aniquilação da oposição, ainda se volta contra os homens; é aí que a violência se transforma em terror e os inimigos objetivos são escolhidos para serem eliminados. Arendt afirma que é da essência do movimento totalitário a eliminação constante das massas supérfluas. A política aí deixa de ser a busca pela vida comum e passa a ser a decisão sobre quem vive e quem morre. Tal instrumentalização da vida humana coloca os homens isolados entre si e promove a solidão, que é a quebra total dos vínculos entre os homens.

Na introdução da solidão como experiência total de não pertencimento do mundo, Arendt vê a principal novidade totalitária. Diferente de outras formas de governo que destruíram a vida pública, mas deixaram intacta a vida privada, o totalitarismo destruiu até mesmo a capacidade humana de pensar, entendida como a capacidade de refletir e questionar.

Arendt, em sua obra, pretendeu mostrar os perigos que se escondem por trás do encolhimento da esfera pública e de se delegar o governo a uns poucos especialistas se afastando dos anseios populares. A burocracia partidária carrega em si elementos que podem desencadear governos baseados em ideologias que nada tem a ver com o bem comum. É importante para o pensamento arendtiano ressaltar que quanto menor a participação popular nos rumos dos governos, menos poderoso ele será e maior a chance da violência adentrar a esfera pública na tentativa de destruí-la.

apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter” (2006, p. 527).

3. O resgate da esfera pública e a construção conjunta do poder

Tempo abordado o conceito de poder em Arendt e sua flagrante destruição nos governos totalitários, cabe agora especificar melhor a importância do espaço da aparência para sua construção. Poder, ação e espaço público são termos inexoravelmente ligados no pensamento arendtiano. Não se pode falar em construção do poder sem ressaltar a necessidade de um espaço público, espaço esse em que os homens possam aparecer uns aos outros e agir em concerto. Arendt ressalta tal implicação quando afirma em *A condição Humana* que:

Estes [os homens] só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; (...) O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação e o que elas, ao mesmo tempo, mantém vivo ao permanecerem unidas é o poder (2010, p. 251).

O espaço público das democracias representativas de massa acaba ficando reduzido às eleições que acontecem em alguns momentos da vida pública. Tais momentos são insuficientes para o exercício da liberdade política, como nos lembra Karin Fry: “para Arendt, a cabine de votação é excessivamente acanhada para funcionar como espaço de liberdade plena, pois não consegue proporcionar nenhuma discussão direta dos temas, e transforma a política numa atividade de reflexão interiorizada” (2010, p. 95).

Arendt, então, apresenta o sistema de conselhos como uma saída para o resgate do espaço público e a construção do poder. Ao tratar das revoluções francesa e americana, a autora elege o tal sistema como o ‘tesouro perdido da Revolução’ por entender que um Estado-Conselho é uma opção concreta de administração popular. Contudo, tal organização foi sendo gradativamente deixada de lado pelos revolucionários, dando lugar à monopolização da política pelos partidos.

José Luiz de Oliveira, em um artigo⁷, afirma que o Estado-Conselho é a saída encontrada por Arendt para um governo sustentado pelo poder do próprio povo: “nesse

⁷ Cf.: OLIVEIRA, José Luiz de. A estrutura de organização do corpo político na concepção de Hannah Arendt. In: *Filosofia Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, v. 10, n. 3, p. 255-277, set./dez. 2009.

caso, o povo passa a ser agente do destino do país, não somente como governado, mas como governante” (2009, p. 271). Tal governo é baseado exatamente no conceito de poder arendtiano, uma vez que se configura não como um corpo político estruturado na dicotomia submissão e comando, mas na ação comunicativa que busca a formação de consensos.

Os conselhos devem ser preferidos, pois, como recorda Karin Fry: “partilham o poder horizontalmente, diferente da maioria dos partidos políticos, que se regem por uma estrutura vertical de poder (CR233)” (2010, p. 96). As bases são sempre a fundamentação e o sustentáculo do poder dos órgãos superiores. Tal sistema busca corrigir a falha das democracias representativas dos tempos atuais em que os cidadãos se sentem totalmente alheios à política por não se sentirem verdadeiramente representados. O afastamento dos cidadãos faz com que a política se torne um lugar de peritos, de poucos sábios que não representam o povo, mas seus próprios interesses.

No sistema de conselhos, os órgãos inferiores enviam seus representantes aos conselhos superiores fazendo com que aqueles representantes não se desvinculem de suas bases à medida que a ela devem prestar contas de seus atos. A autora não dá mais detalhes de como seria a estruturação prática e detalhada de tais conselhos, mas deixa claro que um corpo político que deseje ser poderoso tem que levar em consideração a participação efetiva do maior número de cidadãos.

Considerações finais

O poder no pensamento arendtiano é um conceito fundamentalmente relacional. Hannah Arendt se destaca por valorizar a pluralidade como fator preponderante da existência dos homens na terra. A política nasce da relação entre os homens. Não se trata de um simples existir enquanto animais, mas de se construir uma ‘vida boa’. Tal intento não é obra singular, e Arendt faz questão de enfatizá-lo em vários momentos de sua obra. Abandonando o modelo intimista de liberdade e pensamento, ela valoriza a necessidade de se construir acordos, laços entre os homens. Estar ‘entre’ e não acima ou abaixo é uma peculiaridade do conceito de poder em Arendt. A força de tal fenômeno está em sua dinamicidade e fugacidade e não na força e impositiva e violenta.

Ao valorizar a existência dos homens na terra, a autora quer resgatar o sentido de co-governança que ela afirma estar presente na Grécia antiga. Trazer para a atualidade o paradigma da praça pública de Atenas talvez seja o grande intento de Hannah Arendt e a saída por ela encontrada para que não se caia novamente na tentação totalitária. Resgatar o conceito de poder dos gregos é voltar os olhos para um povo que entendia ser o espaço público o lugar da igualdade entre os diferentes, da disputa, da argumentação e da formação do consenso.

Muitos dos críticos de Arendt afirmam que ela idealizou demais a *polis* grega e sua forma de governo; consideram ainda que não se pode comparar a Grécia dos séculos IV e V a.C com as democracias de massa dos séculos XX e XXI e seus enormes contingentes populacionais. Todavia, o que Hannah Arendt mais desejou foi demonstrar que o poder nasce da união popular, e serão poderosos os corpos políticos que proporcionarem espaços de construção conjunta do poder. Sua obra demonstra que se fiar nas armas nem sempre é garantia de vitória, como se vê nos atuais movimentos de insurreição popular pelo mundo. Mirar-se nos gregos não é copiá-los, mas revisitá-los com o olhar daquele que busca aprender a co-governar, a discutir e somar forças para a construção de algo comum.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. O Poder em Hannah Arendt. In: SIVIERO, Itomar; ROSIN, Nilva.. (Orgs.). *Hannah Arendt: diversas leituras*. Passo Fundo: IFIBE, 2010, v. 1, p. 27-46.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *A Condição Humana*. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Revisão de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Da Revolução*. 2. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Ática e UnB, 1990.
- _____. *A Dignidade da Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- DINIZ, Nadia Souki. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- FRY, Karin A. *Compreender Hannah Arendt*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MAGALHÃES, Theresa Calvet de. Ação, Linguagem e Poder: Uma releitura do Capítulo V da obra *The Human Condition*. In: CORREIA, Adriano (Org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 35-74.
- OLIVEIRA, José Luiz de. A estrutura de organização do corpo político na concepção de Hannah Arendt. In: *Filosofia Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos, v. 10, n. 3, p. 255-277, set./dez. 2009.

Submetido em: 10/12/2019

Aceito em: 25/04/2020